OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO NO MARANHÃO COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO: pobreza e trabalho em debate em meio à Pandemia da COVID-19

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima, Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Políticas Públicas; valmadalima@gmail.com, valeria.almada@ufma.br.

Coordenadora

Maria Ozanira da Silva e Silva, Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Serviço Social; maria.ozanira@gmail.com, maria.ozanira@ufma.br.

Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira, Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Economia Aplicada; eunice.maria@ufma.br.

RESUMO

Esta Mesa Temática Coordenada apresenta resultados do Projeto Observatório Social e do Trabalho no Maranhão, desenvolvido no âmbito do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP), articulado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O Observatório Social e do Trabalho objetiva promover a coordenação, a articulação e a divulgação dos estudos e pesquisas que configuram os seus dois eixos temáticos, Pobreza e Trabalho. Tem como foco o comportamento da pobreza e de suas diversas expressões, bem como da dinâmica do mercado de trabalho no Maranhão em comparação com o Brasil com destaque às Políticas Públicas direcionadas à pobreza e ao trabalho, tendo em vista subsidiar e capacitar sujeitos sociais para se apropriarem de informações necessárias aos processos de tomada de decisão e ao exercício do controle social de Políticas Públicas. O principal procedimento metodológico adotado é a produção, organização e disponibilização de informações através de dois veículos de publicação disponibilizados no site do GAEPP: os Boletins Periódicos e os Cadernos de Pesquisa. A mesa será composta por três exposições: a primeira apresentará a concepção e a dinâmica de funcionamento do Observatório Social e do Trabalho enquanto mecanismo de democratização e controle social das políticas públicas; a segunda e a terceira abordarão o aprofundamento, respectivamente, da precarização do trabalho e da pobreza, no Brasil e no Maranhão, no contexto pós golpe de 2016 e sobretudo em meio a pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: Observatório. Democracia. Trabalho. Pobreza. Brasil. Maranhão.

ABSTRACT

This Coordinated Thematic Table presents results of the Social and Labor Observatory Project in Maranhão, developed within the Framework of the Group for the Assessment and Study of Poverty and Policies Directed to Poverty (GAEPP), articulated with the Graduate Program in Public Policies (PPGPP) of the Federal University of Maranhão (UFMA). The Social and Labor Observatory aims to promote the coordination, articulation and dissemination of studies and research that configure its two thematic axes, Poverty and Work. It focuses on the behavior of poverty and its various expressions, as well as the dynamics of the labor market in Maranhão compared to Brazil, with emphasis on public policies aimed at poverty and work, with a view to supporting and empowering social to subjects appropriate information necessary for decision-making processes and the exercise of control public policy. The main methodological procedure adopted is the production, organization and availability of

information through two publication vehicles available on the GAEPP website: the Periodic Bulletins, and the Research Notebooks. The table will consist of three exhibitions: the first will present the conception and dynamics of operation of the Social Observatory and Labor as a mechanism of democratization and social control of public policies; the second and third will address the deepening, respectively, of the precariousness of work and poverty, in Brazil and Maranhão, in the post-coup context of 2016 and especially in the midst of the COVID-19 pandemic.

Keywords: Observatory. Democracy. Work. Poverty. Brazil. Maranhão.

O OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO ENQUANTO MECANISMO DE DEMOCRATIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria Ozanira da Silva e Silva

RESUMO

Com base em revisão bibliográfica, documental e na prática, o texto apresenta o Observatório Social e do Trabalho, enquanto mecanismo de divulgação e democratização de resultados de estudos e pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP www.gaepp.ufma.br). Destaca a historicidade, fundamentos e concepções que orientam o Observatório cujo principal objetivo é divulgar resultados de estudos e pesquisas procurando contribuir para instrumentalizar instituições e grupos organizados da sociedade para formulação e controle social de Políticas Públicas. Como resultados do funcionamento do Observatório são indicadas contribuições para produção e divulgação do conhecimento; para formação de recursos humanos e para a democratização e controle social de políticas públicas.

Palavras-chave: Observatório. Políticas Públicas. Democratização. Controle Social.

ABSTRACT

Based on a bibliographic and documental research and on practice, this paper presents the Social and Work Observatory (Observatório Social e do Trabalho) as a mechanism for disclosure and democratization of the results of studies and researches developed by researchers of the Group for Evaluation and Studies of Poverty and Policies Directed to Poverty (www.gaepp.ufma.br). The paper stands out the history, the foundation and conceptions that guide the direction of the Observatory that has a main objective to disclosure the results of studies and researches in order to contribute to instrument institute and organized groups in the society to formulate and control public policies. As a result of the Observatory's operation, contributions to the production and dissemination of knowledge are indicated; for training human resources and for democratization and social control of public policies.

Keywords: Observatory. Public Policies. Democratization. Social Control.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo compõe a Mesa Coordenada: *Observatório Social e do Trabalho no Maranhão como instrumento de democratização: pobreza e trabalho em debate em meio à Pandemia da COVID-19*.

Tem como foco de reflexão uma abordagem sobre o *Observatório Social e do Trabalho* enquanto mecanismo de democratização e controle social de políticas públicas, destacando fundamentos e concepções que orientam a prática de divulgação de resultados de estudos e pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP) (Disponível em: www.gaepp.ufma.br). Tem como objetivo instrumentalizar instituições e movimentos da sociedade para construção e controle social de políticas públicas. Busca, assim, contribuir para a missão social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) na sua vinculação e prestação de serviços à sociedade.

O GAEPP, vinculado ao Departamento de Serviço Social (DESES) e articulado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA, é um Grupo interdisciplinar que congrega professores de Departamentos Acadêmicos e alunos de graduação e de pós-graduação. Desenvolve atividades de pesquisa, de consultoria e assessoria, com maior destaque ao campo temático sobre pobreza, trabalho e políticas sociais, centrando-se na análise e avaliação de Políticas Públicas. Destacam-se como temas relevantes para os estudos do GAEPP: pobreza e políticas públicas direcionadas à pobreza; reestruturação produtiva e transformações no mundo do trabalho; políticas de geração de emprego e renda; programas de transferência de renda; políticas sociais, com especial ênfase à Política de Assistência Social; Welfare State e Sistemas de Proteção Social na América Latina e, especificamente, no Brasil; metodologia de análise e avaliação de políticas públicas. Orienta-se pelas seguintes Linhas de Pesquisa: Avaliação de Políticas de Geração de Emprego e Renda; Avaliação de Políticas e Programas

Sociais, com destaque à Política de Assistência Social e Avaliação e Acompanhamento da Política Pública de Transferência de Renda.

O Observatório Social e do Trabalho constitui-se em um mecanismo de divulgação de resultados de estudos e pesquisas desenvolvidas pelo GAEPP. Tem como eixos temáticos *Pobreza* e *Trabalho*. Objetiva desenvolver conhecimento para subsidiar decisões e ações de instituições públicas e organizações da sociedade com o objetivo de capacitar sujeitos sociais para lutas sociais e para formulação e controle social de Políticas Públicas.

O presente artigo, além da introdução, é estruturado em dois itens que abordam a historicidade, fundamentos e concepções que orientam a criação e o funcionamento dos denominados Observatórios Sociais; segue com uma abordagem que trata especificamente do Observatório Social e do Trabalho do GAEPP, indicando e analisando sua estrutura e dinâmica de funcionamento, qualificando-o enquanto mecanismo de democratização de Políticas Públicas para, então, destacar algumas reflexões gerais a título de conclusão.

2 HISTORICIDADE, FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES QUE ORIENTAM A INSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DE OBSERVATÓRIOS SOCIAIS

Experiências de articulação entre Movimentos Sociais e Universidades têm uma longa história, mas nestas reflexões destaco essa articulação a partir da década de 1970, quando já se iniciavam movimentos de rearticulação política da sociedade brasileira contra a Ditadura Militar. São incluídas na agenda pública questões direcionadas para reivindicação de demandas pela ampliação e universalização de direitos sociais e pela necessidade de transparência na aplicação do dinheiro público. Tem-se, portanto, uma conjuntura na dinâmica social que impõe o desenvolvimento de ações para o controle social sobre as Políticas Públicas por parte de segmentos organizados e subalternizados da sociedade. Abre-se, assim, espaço para instalação de observatórios sociais no contexto de Universidades em articulação com movimentos da sociedade.

Todavia, as iniciativas para criação de Observatórios Sociais de Políticas Públicas no Brasil e na América Latina só se efetivam, mais precisamente, nos anos 1990, favorecido pela construção de processos de democratização da sociedade. Despontam-se, portanto, iniciativas de produção de estudos e análises de Políticas Públicas, mediante ações e articulações entre Universidades e organizações não-governamentais (PAZ, 2004), enquanto sujeitos sociais que procuram contribuir para a formulação e o controle social de Políticas Públicas, fazendo avançar a produção e divulgação de informações sobre experiências de políticas públicas desenvolvidas em nível local. Essa realidade favorece o surgimento de espaços institucionais inovadores, enquanto espaços alternativos denominados Observatórios Sociais de Políticas Públicas. Direcionam-se para construção de conhecimento e divulgação de informações de campos temáticos de interesse para mudanças sociais. O objetivo é levar a pesquisa acadêmica para o âmbito do movimento organizado da sociedade, com a perspectiva de construir para o conhecimento, deslocando da lógica e das necessidades do dominante para o campo do subalterno que procura se construir enquanto sujeito capaz de formular, gerir e fazer controle social de políticas públicas.

A tendência expressa pelos Observatórios Sociais de Políticas Públicas, de iniciativa da sociedade organizada, muitos em articulação com Universidades, é incorporada, a partir dos anos 2000, por setores do poder público que passam a criar os denominados portais da transparência, enquanto mecanismos de transparência dos governos, cujo formato enfatiza a prestação de contas à sociedade. Essa é uma tendência de abrangência internacional que precisa ser entendida como uma procura de adaptação dos países ao novo ordenamento do capitalismo mundializado. No Brasil, a construção dos portais da transparência decorre das contrarreformas do Estado e situa-se no contexto da denominada reestruturação produtiva enquanto exigência da crise fiscal do Estado e por influência do Projeto Neoliberal, assumido tardiamente pelo Brasil a partir dos anos 1990. É um contexto que coloca questões como liberalização e desregulamentação da economia que vem se arrastando até à contemporaneidade dos anos 2020, sem que os problemas do baixo crescimento econômico e do desemprego sejam equacionados. “Nesse processo de reforma, é redesenhado o formato do Estado,

que de interventor (executor), passa a assumir funções mantenedoras (financiador) e reguladoras (elaboração de normas e controle).” (SILVA, 2008, p. 109). Nesse mesmo processo de contrarreforma do Estado, coloca-se também a necessidade de redução do Estado “[...] mediante a adoção de estratégias de privatização, publicização e terceirização.” (SILVA, 2008, p. 109). Todavia, esse é também o contexto de redemocratização da sociedade brasileira, demandando o fortalecimento da organização da sociedade que passa a assumir protagonismo no campo da formulação, gestão e controle de políticas públicas, o que também favorece a ampliação dos denominados Observatórios Sociais, enquanto iniciativas da sociedade.

É importante também se considerar que nesse contexto de reforma do Estado brasileiro “[...] a avaliação de políticas e programas sociais passa a ser requisitada como mecanismo fundamental de controle do Estado sobre os recursos que são transferidos para o terceiro setor, implementadores privilegiados de programas sociais” (SILVA, 2008, p. 109).

> Nesse contexto, a avaliação passa a ser utilizada principalmente como mecanismo de Controle Social das Políticas Públicas pelo Estado, com intensa participação de avaliadores externos, na busca da eficiência dos gastos públicos e da eficácia dos programas sociais, com focalização nos grupos mais pobres e vulneráveis. Visa superar restrições financeiras do Estado com redução e controle sobre os gastos públicos.
> Ainda nos anos 1990, a avaliação de políticas e programas sociais passa também a se constituir numa exigência dos órgãos financeiros internacionais, que passam a condicionar o financiamento de programas à avaliação com foco na eficiência e na eficácia. (SILVA, 2008, p. 109).

Portanto, é nessa conjuntura de contraposições de ações e posturas políticas do Estado, mas também da sociedade que os Observatórios Sociais, pela ótica da sociedade organizada, e os Portais de Transparência, pela ótica do Estado, são ampliados e ostentam vinculações com as políticas públicas: do lado do Estado marcados por posturas verticais de cima para baixo e em favorecimento ao capital; do lado da sociedade organizada, quer, por iniciativa própria ou em articulação com Universidades, se presencia o crescimento de Observatórios Sociais para produção e divulgação de conhecimentos voltados para o apoio e instrumentalização das lutas sociais e do controle de Políticas Públicas.

O exposto sugere que, em contraposição à ênfase que o Estado brasileiro atribui à avaliação de Políticas e Programas Sociais, utilizada como mecanismo de controle estatal das Políticas Públicas de corte social, ao mesmo Estado é exigida a prestação de contas à sociedade, por força do próprio processo de democratização dessa sociedade. É essa contradição que leva o Estado a incorporar as experiências dos Observatórios Sociais, instituindo observatórios governamentais, em formato de portais da transparência em busca de legitimidade que impõe a transparência do Estado perante a sociedade.

No caso brasileiro, tem-se as experiências do Portal da Transparência do Governo federal e a instituição de órgãos similares nos Estados e municípios. O Portal da Transparência do Governo Federal é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), iniciando seu funcionamento em novembro de 2004. Tem por objetivo aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão possa obter informações que ajudem a fiscalizar a aplicação de recursos públicos.

Como indica as reflexões desenvolvidas, as experiências de formação de Observatórios, quer de iniciativa de organizações da sociedade ou do Estado, situam-se, no Brasil, no processo de redemocratização do país.

Nessa conjuntura ampliam-se as instituições e as lutas sociais que colocam para as organizações da sociedade a agenda pública de demanda do controle social. Entre essas iniciativas, tem-se a criação de Conselhos Gestores de Políticas Públicas e de leis de garantia ao acesso à informação, com destaque à Constituição Federal de 1988. Tem-se também a exigência de o Estado brasileiro prestar contas à sociedade.

Por conseguinte, os Observatórios Sociais focam no acompanhamento, monitoramento e avaliação de Políticas Públicas, procurando construir conhecimentos, indicadores e informações que fundamentem o controle destas pela sociedade organizada. Contribuem, portanto, para a ampliação do espaço público e da participação social dos cidadãos, consequentemente, contribuindo para a democratização da sociedade o que requer interlocução e pressão sobre o Estado, na busca de elevar o padrão da proteção social das populações[1].

Em resumo, entendo que os Observatórios Socias são instâncias de democratização da sociedade, visto que a transparência é uma premissa da democracia representativa; as informações devem ser públicas e a democracia, no dizer de Bobbio (1986), é o governo do visível, do público em público. Os Observatórios Sociais, por sua vez, contribuem para democratização, efetividade da gestão pública e a participação reivindicatória e propositiva da sociedade e o controle social de Políticas Públicas pressupõem a criação e disseminação de informações alternativas e confiáveis que qualifiquem e fortaleçam sujeitos sociais, para atuarem criticamente no espaço público na direção de contribuir para construção de uma sociedade para todos.

3 ESTRUTURA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO ENQUANTO MECANISMO DE DEMOCRATIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Observatório Social e do Trabalho, mantido pelo GAEPP, estrutura seu conteúdo em torno dos eixos temáticos: *Pobreza* e *Trabalho* no Maranhão, em articulação com a realidade do Nordeste e do Brasil. Essas temáticas são configuradas por três dimensões:

a) Articulação de projetos de pesquisa em desenvolvimento por pesquisadores do GAEPP; sistematização e disponibilização de informações decorrentes da implementação dos projetos;
b) Levantamento, sistematização e disponibilização de dados secundários e de estudos desenvolvidos sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho;
c) Levantamento, sistematização e disponibilização de dados secundários e de estudos desenvolvidos sobre a temática pobreza.

Dados e informações levantadas e sistematizadas nos estudos e pesquisas desenvolvidas são disponibilizados no site do GAEPP, mediante relatórios de pesquisas e diversos tipos de publicações de autoria dos integrantes docentes e

discentes (monografias, dissertações, teses, artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos completos publicados em eventos científicos).

Com a produção e divulgação das produções, o Observatório Social e do Trabalho tem como objetivo instituir novas bases político-acadêmicas para construção do conhecimento a partir do desenvolvimento de pesquisas sobre Políticas Públicas no campo do Trabalho e do enfrentamento à Pobreza em desenvolvimento no Estado do Maranhão, tendo em vista subsidiar e capacitar sujeitos sociais para se apropriarem de informações para subsidiar processos de tomada de decisão e exercerem controle social de Políticas Públicas no Estado.

Nesse contexto, torna-se importante não somente obter e sistematizar dados e informações que possam refletir a realidade do Estado do Maranhão, na sua contextualização com a realidade regional e nacional no que se refere, mais especificamente, à temática da pobreza e do trabalho. Igualmente é importante disponibilizar para a sociedade os resultados obtidos em estudos e pesquisas, no sentido oferecer subsídios aos sujeitos sociais para que possam compreender a realidade; propor políticas públicas e proceder ao controle social de programas e políticas sociais. Isso tendo como horizonte à melhoria das condições de vida da população do Estado.

Considerando a formulação e o trabalho desenvolvido pelo Observatório Social e do Trabalho, por conseguinte, tem-se a instituição de um mecanismo de interlocução institucional com setores do Estado do Maranhão, representado por diversas Secretarias, Prefeituras Municipais, Delegacia Regional do Trabalho, entre outros; interlocução com setores organizados da sociedade; produção e publicação de textos científicos, colocando, assim, o conhecimento a serviço de instituições e de setores populares organizados e atuantes na dinâmica da sociedade com o objetivo de fortalecer as lutas sociais por mudanças e direcionar as políticas públicas para atender necessidades da maioria dos segmentos da população do Estado.

Para concretizar o objetivo de instituir novas bases político-acadêmicas para cumprimento de sua missão e princípios, o Observatório Social e do Trabalho vem contribuindo para manutenção e disponibilização de informações, para implementação de projetos de pesquisa; para avaliação e monitoramento de

Políticas Públicas; para capacitação de recursos humanos em nível de graduação e de pós-graduação; para capacitação de sujeitos institucionais e da sociedade e para prestação de assessorias e consultorias a instituições e a grupos organizados. Conta com uma equipe de trabalho constituída pelos pesquisadores docentes e discentes do GAEPP, acrescida da participação especial de pesquisadores externos dos quadros do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (CESIT/UNICAMP), da Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais (CEDES) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Mais especificamente, o Observatório Social e do Trabalho produz e veicula no site do GAEPP duas publicações de amplo alcance, denominadas Boletim do Observatório Social e do Trabalho e Cadernos de Pesquisa.

O *Boletim do Observatório Social e do Trabalho* (ISSN 2357-8882), de periodicidade bimensal, tem o objetivo de levantar, divulgar e sistematizar dados secundários e desenvolver estudos sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho e sobre a situação de pobreza no Maranhão em relação com a realidade do Nordeste e do Brasil. O primeiro número do Boletim foi publicado em 2012, contando até junho de 2021 com 37 publicações, cujas temáticas abordadas são apresentadas abaixo:

- **Ano 1 (2012) n. 1**: Evolução do Mercado de Trabalho no Maranhão (2002-2011);
- **Ano 2 (2013) n. 1**: Situação da Pobreza no Maranhão (Censo 2010 e PNAD 2011);
- **Ano 2 (2013) n. 2**: Transformações do Mercado de Trabalho no Maranhão (Censos 2000 e 2010);
- **Ano 2 (2013) n. 3**: Análise do IDH no Maranhão e seus municípios (Atlas do Desenvolvimento Humano 2013);
- **Ano 2 (2013) n. 4**: O Mercado de Trabalho no Maranhão (Pnad 2012);
- **Ano 3 (2014) n. 1**: (In)Segurança Alimentar e Pobreza no Maranhão (Suplementos PNAD 2004 e 2009);

- **Ano 3 (2014) n. 2**: Dinâmica Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro;
- **Ano 3 (2014) n. 3**: Pobreza e Segregação Socioespacial (IBGE 2011 – aglomerados subnormais em São Luís);
- **Ano 3 (2014) n. 4**: Declínio da Construção Civil Impacta Negativamente o Mercado de Trabalho Maranhense a partir de 2011;
- **Ano 3 (2014) n. 5**: A Velha Exclusão Social no Maranhão;
- **Ano 4 (2015) n. 1**: O que Mostram os Dados da PNAD 2013: taxa de desocupação e rendimento do trabalho no Maranhão versus Brasil;
- **Ano 4 (2015) n. 2**: Plano de Ações Mais IDH: uma estratégia de enfrentamento da pobreza no Maranhão;
- **Ano 4 (2015) n. 3**: Rebatimento da Recessão no Mercado de Trabalho e Mudanças Regressivas no Marco Regulatório;
- **Ano 4 (2015) n. 4**: Sobre a Questão do déficit Habitacional: a situação do Maranhão no contexto brasileiro;
- **Ano 5 (2016) n. 5**: O que Apontam os Dados do Mercado de Trabalho nos Trinta Municípios do Mais IDH;
- **Ano 6 (2017) n. 1**: Um Retrato do Maranhão nos Últimos Quinze Anos;
- **Ano 6 (2017) n. 2**: A Atual conjuntura de aprofundamento da precarização do trabalho no Brasil e no Maranhão e as recentes medidas de flexibilização das relações de trabalho;
- **Ano 6 (2017) n. 3**: Conjuntura Social Brasileira: crise e retrocesso;
- **Ano 6 (2017) n. 4**: O Maranhão e a Região Metropolitana Grande São Luís: dinâmica recente do mercado de trabalho;
- **Ano 6 (2017) n. 5**: Violência letal no Brasil e no Maranhão 2005-2017;
- **Ano 7 (2018) n.** 1 Os Rebatimentos do Atual Desempenho da Economia sobre o Mercado de Trabalho no Brasil e no Maranhão;
- **Ano 7 (2018) n. 2**: Agravamento de Velhas Questões: pobreza, desigualdade e o papel dos Programas de Transferência de Renda no Brasil e no Maranhão;
- **Ano 7 (2018) n. 3**: Mercado de Trabalho no Brasil X Maranhão Face à Atual Conjuntura Econômica: o que mostram os dados da PNAD e do CAGED?;

- **Ano 7 (2018) n. 4**: Agenda 2030 e a Falsa Possibilidade de uma Igualdade Mundial;
- **Ano 8 (2019) n. 1**: Mercado de Trabalho e Gênero no Brasil e no Maranhão: o que apontam os dados da PNAD Contínua;
- **Ano 8 (2019) n. 2**: Vulnerabilidade Social em Foco;
- **Ano 8 (2019) n. 3**: Intensa Desestruturação do Mercado de Trabalho Brasileiro no Período pós-2015: um destaque para situação do Nordeste e do Maranhão;
- **Ano 8 (2019) n. 4**: Pobreza e Encarceramento no Brasil e no Maranhão em foco;
- **Ano 9 (2020) n. 1**: Desestruturação do Mercado de Trabalho na Grande São Luís no período pós-2015: estratégias de enfrentamento à pandemia da Covod-19;
- **Ano 9 (2020) n. 2**: Pobreza (Des) Proteção Social e Auxílio Emergencial em Tempos de Pandemia de Covid-19;
- **Ano 10 (2021) n. 1**: Auxílio Emergencial e Pobreza;
- **Ano 10 (2021) n. 2**: Comportamento do Mercado de Trabalho em meio à Pandemia da Covid-19: Maranhão versus Brasil;
- **Ano 10 (2021) n. 3**: Insegurança Alimentarem Tempos de Covid-19: auxílios emergenciais estaduais como medidas de enfrentamento. (BOLETIM DO OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO, 2012-).

Conforme indicações acima, são abordadas, alternadamente, temáticas no campo da pobreza e temáticas no campo do trabalho. A estrutura do Boletim contempla um *Editorial*; aborda um tema atual numa seção denominada *Em Foco*, analisando e apresentando informações estatísticas sobre o tema selecionado. Cada Boletim contém ainda na sua estrutura uma seção denominada *Atualidades* destinada à apresentação de entrevista com pesquisadores de destaque da área de estudo do tema focalizado no Boletim, contemplando também um *Informe Bibliográfico* e a divulgação de *Eventos*, na temática do Boletim, em nível local, nacional e internacional.

Os *Cadernos de Pesquisa* (ISSN: 2357-8130), de periodicidade semestral, constituem-se mecanismos do Observatório Social e do Trabalho para divulgação de resultados parciais e finais de pesquisa desenvolvidas por pesquisadores do GAEPP e pesquisadores convidados.

Os Cadernos de Pesquisa mantêm um Corpo Editorial composto por professores/pesquisadores de instituições universitárias nacionais e internacionais, tendo publicado o primeiro número em 2013, totalizando em junho de 2021 a publicação de 15 números, conforme temáticas indicadas abaixo:

- **2013**: As Condicionalidades e o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) enquanto Dimensões Centrais do Bolsa Família (BF): uma incursão na realidade do Programa no Maranhão;
- **2013**: Diagnóstico Socioeconômico das Áreas de Abrangência do Programa de Esgotamento Sanitário de São Luís (PAC - São Luís);
- **2014**: Políticas Relacionadas ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Brasil: resultado de pesquisa avaliativa;
- **2014**: Impactos da Política Habitacional na Vida dos Moradores da Cidade: a experiência de Osasco/SP;
- **2015**: Um Balanço sobre a Estrutura e a Dinâmica do Mercado de Trabalho Maranhense a partir dos anos 2000;
- **2015**: Os Egressos do Bolsa Família em São Luís - MA: dimensionamento e impacto sobre suas famílias e suas vidas;
- **2016**: As Multiformas da Pobreza no Estado do Maranhão;
- **2018**: Sobre a Questão da Pobreza e Desigualdade Social no Maranhão;
- **2018**: Impactos do Programa Bolsa Família na Vida das Famílias Egressas com Foco nas Mulheres Titulares do Benefício em São Luís;
- **2018**: Programa de Transferência de Renda e Mercado de Trabalho: um estudo de impacto do Bolsa Família sobre a Inserção Laboral de Beneficiários no Município de São Luís
- **2019**: Programa de Asignación Familiar de Equidad (AFAM-PE) do Uruguai: uma avaliação política
- **2019**: A Política de Educação à Distância no Ensino Superior no Brasil

- **2021**: A Política de Assistência Social no Contexto da Pandemia da Covid-19: desmonte, essencialidade e desafios
- **2021**: Análise e Problematização de Mapeamento de Programas de Transferência Monetária na América Latina e Caribe
- **2021**: Golpe 2016, Bolsonarismo e a Política de Assistência Social no Brasil Contemporâneo: expressões peculiares em São Luís do Maranhão. (CADERNOS DE PESQUISA, 2013-).

O Boletim do Observatório Social e do Trabalho e os Cadernos de Pesquisa têm sido objeto de frequentes consultas, o que pode ser visualizado mediante contadores de acesso para cada produção instalados no site do GAEPP, contribuindo para avanços teóricos e práticos no contexto do GAEPP, de cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA.

4 CONCLUSÃO

Pelas reflexões desenvolvidas, as contribuições do Observatório Social e do Trabalho situam-se no campo da produção e socialização do conhecimento. Dessa forma, os estudos e pesquisas realizadas no contexto do Observatório Social e do Trabalho vêm contribuindo para o aprofundamento e atualização do quadro teórico-conceitual referente às linhas de pesquisa que orientam os trabalhos do GAEPP: Política de Geração de Emprego e Renda; Políticas e Programas Sociais, em particular a Política de Assistência Social e a Política Pública de Transferência de Renda.

Essa contribuição pode ser dimensionada em termos práticos, nos seguintes aspectos:

a) Contribuições para sistematização e elevação do desempenho dos programas sociais objetos desses estudos e avaliações, principalmente no campo dos Programas de Transferência de Renda e da Política de Assistência Social que representam eixos centrais do atual Sistema Brasileiro de Proteção Social;

b) Contribuições para formação de recursos humanos no campo das Ciências Sociais, em particular da avaliação de Políticas e Programas Sociais (em nível de graduação e de pós-graduação: mestrado e doutorado), de modo que o GAEPP constituiu-se em uma referência no Estado do Maranhão e nacionalmente no seu campo temático de estudo, sendo seus pesquisadores frequentemente demandados para realizar avaliações de programas sociais e seus pesquisadores são frequentemente convidados para ministrar cursos e conferências sobre as temáticas de abrangência dos estudos realizados;

c) Os trabalhos de pesquisa do GAEPP já alcançaram países da América Latina e Caribe com envolvimento de pesquisadores de países como a Argentina e o Uruguai.

Destaca-se ainda que os estudos e pesquisas desenvolvidos pelo GAEPP, com interveniência do Observatório Social e do Trabalho, vem contribuindo para fortalecimento da Linha de Pesquisa *Políticas Sociais e Avaliação de Políticas e Programas Sociais* no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, sendo uma das mais demandas no âmbito do Programa;

d) A consolidação do GAEPP, como instância viabilizadora dos estudos objeto da focalização do Observatório Social e do Trabalho, vem contribuindo para construção de um espaço de referência, na Universidade Federal do Maranhão, para o debate e reflexão, mais especificamente, sobre a temática da pobreza, da avaliação de políticas e programas sociais, com destaque à Política de Assistência Social, Políticas Públicas para o Trabalho e Renda e Programas de Transferência de Renda, além da relevante contribuição para formação de recursos humanos no campo da investigação social e na avaliação de políticas e programas sociais mediante produção e publicação do conhecimento sobre essas temáticas, disponibilizadas no site do GAEPP e divulgada nacionalmente e em países da América Latina.

Enfim, o Observatório Social e do Trabalho vem contribuindo para alargar e socializar o conhecimento produzido por estudos e pesquisas realizadas no âmbito

do GAEPP. Nessa perspectiva vem procurando tornar efetivo o objetivo geral de sua sustentação: instituir novas bases político-acadêmicas para construção do conhecimento a partir do desenvolvimento de pesquisas sobre Políticas Públicas no campo do Trabalho e do enfrentamento à Pobreza, tendo em vista subsidiar e capacitar instituições e sujeitos sociais para se apropriarem de informações para fundamentar os processos de tomada de decisão e o exercício do controle social de Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **O Futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. São pulo: Paz e Terra, 1986. (Coleção Pensamento Crítico, v. 63).

BOLETIM DO OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO. São Luís: GAEPP, 2012-. ISSN 2357-8882. Bimensal. Disponível em: http://www.gaepp.ufma.br/site/index.php/boletim-do-observatorio. Acesso em 21 jul. 2021.

CADERNOS DE PESQUISA. São Luís: GAEPP, 2013-. ISSN: 2357-8130. Semestral. Disponível em: http://www.gaepp.ufma.br/site/index.php/cadernos-de-pesquisa. Acesso em: 21 jul. 2021.

PAZ, R. D. O. da. Observatório dos Direitos do Cidadão: uma experiência de monitoramento de políticas públicas e de fortalecimento dos movimentos sociais de São Paulo. *In:* CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS , 8., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: CES/FEUC, 2004.

SILVA, M. O. da S. e (coord.). **Pesquisa Avaliativa:** aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora, 2008.

Nota

[1] Convém mencionar o estreitamento da caminhada rumo à democracia e à proteção social no Brasil, a partir do golpe 2016, registrando-se redução de direitos sociais conquistados nas lutas sociais dos trabalhadores, destacando-se a reforma trabalhista e a reforma previdenciária, realidade agravada pela pandemia da Covid-19, a partir de 2000, com ampliação das desigualdades sociais, do desemprego e da desproteção social, da pobreza e retorno da fome.

A INSEGURANÇA DO TRABALHO NO BRASIL E NO MARANHÃO EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima

RESUMO

Com base em pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários, este artigo desenvolve um resgate das determinações sócio-históricas da situação de insegurança do trabalho no Brasil e no Maranhão, tendo como objetivo analisar os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre indicadores dos mercados de trabalho brasileiro e maranhense, já com fortes tendências de desestruturação. Conclui que após significativos avanços experimentados pelo mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão, sobretudo na primeira década de 2000, na atual conjuntura de aprofundamento da crise política e econômica, de ajuste fiscal e de crise sanitária assiste-se a uma deterioração de todos esses indicadores, mostrando-se mais nítida a partir de 2015. A breve e instável recuperação econômica registrada em 2017 foi interrompida pelos impactos econômicos negativos advindos das medidas de restrição impostas pela Pandemia da Covid-19 com efeitos deletérios sobre o mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Covid-19. Maranhão. Brasil.

ABSTRACT

Based on bibliographic research and analysis of secondary data, this article develops a rescue of the socio-historical determinations of the situation of job insecurity in Brazil and Maranhão, aiming to analyze the effects of the Covid-19 pandemic on indicators of the Brazilian and Maranhão labor markets, already with strong trends of destructuring. It concludes that after significant advances experienced by the labor market in Brazil and Maranhão, especially in the first decade of 2000, in the current conjuncture of the political and economic crisis, fiscal adjustment and health crisis, all these indicators deteriorate, showing to be clearer from 2015. The brief and unstable economic recovery recorded in 2017 was interrupted by the negative economic impacts arising from the restriction measures imposed by the Covid-19 Pandemic with deleterious effects on the labor market in Brazil and Maranhão.

Keywords: Labor market. Covid-19. Maranhão. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo compõe a Mesa Coordenada: *Observatório Social e do Trabalho no Maranhão como instrumento de democratização: pobreza e trabalho em debate em meio à Pandemia da COVID-19*.

O texto resulta de reflexões desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa intitulado *Projeto de Funcionamento de Observatório Social e do Trabalho: Eixo do Trabalho*, aprovado pelo CNPq, com vistas à concessão de bolsa de produtividade. Tem por objetivo desenvolver um resgate das determinações sócio-históricas da situação de insegurança do trabalho no Brasil e no Maranhão, com destaque aos efeitos da atual pandemia da Covid-19 sobre indicadores do mercado de trabalho brasileiro e maranhense.

Para tanto, aborda, inicialmente, a histórica e crescente insegurança do trabalho no Brasil e no Maranhão e suas determinações. Em seguida, discute os efeitos da atual pandemia da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro e maranhense com ênfase nos indicadores relacionados à taxa de desocupação, posição na ocupação e rendimento. O texto conclui com uma reflexão sobre os limites e desafios que essa já histórica insegurança do trabalho no Brasil e no Maranhão impõe ao Estado para fazer face ao atual contexto de crise ocasionado pela pandemia da Covid-19.

2 A HISTÓRICA E CRESCENTE INSEGURANÇA DO TRABALHO NO BRASIL E NO MARANHÃO

As transformações experimentadas pelo sistema capitalista mundial, a partir do final da década de 1960, no contexto de mais uma crise estrutural do capital, bem como os desdobramentos do aprofundamento de tal crise, desde 2008, ocasionaram a expansão significativa de uma tendência de precarização do trabalho, impondo a uma parcela crescente da classe trabalhadora um estado de profunda insegurança e instabilidade.

Com efeito, com o esgotamento do regime de acumulação fordista e o processo de reestruturação produtiva daí decorrente, rumo ao chamado regime de acumulação flexível (HARVEY, 2017), assistiu-se a um aumento do desemprego estrutural, ocasionado pelas inovações tecnológicas, pautadas na automação e nas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Paralelamente, como resultado das inovações organizacionais e das novas formas de gestão e

contratação da força de trabalho, direcionadas a flexibilizar o processo de trabalho e as relações de trabalho, ampliaram-se significativamente as tendências à terceirização, informalização e precarização das relações de trabalho.

Assim sendo, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, se aprofundam as formas de superexploração da força de trabalho, em um contexto de ampliação da superpopulação relativa, de fragmentação e fragilização da organização sindical e de crescente desregulamentação das relações de trabalho.

Cumpre ressaltar que a tendência à superexploração da força de trabalho é inerente à própria lógica da acumulação capitalista, pautada na extração da mais-valia. Contudo, conforme salienta Antunes (2018), a superexploração da força de trabalho e a precarização, embora intrínsecas ao capitalismo, são tendências que ao longo do desenvolvimento histórico têm se atenuado ou intensificado, dependendo do padrão de acumulação vigente e da capacidade de resistência, organização e confrontação da classe trabalhadora.

Assim sendo, para tratar das manifestações concretas da insegurança do trabalho nas particularidades das sociedades brasileira e maranhense, cumpre ressaltar que, como parte da periferia do sistema capitalista e obedecendo à lógica do desenvolvimento desigual e combinado entre o centro e a periferia, no Brasil e, particularmente, no Maranhão, o proletariado já nasceu marcado pela condição de precariedade.

Mesmo no período de apogeu do Fordismo-Keynesianismo, no qual predominou no centro do capitalismo o estatuto do trabalho protegido, algumas especificidades de natureza econômica, política e institucional impediram a reprodução, no Brasil, do autêntico padrão fordista de relação salarial.

Com efeito, a emergência de um setor industrial moderno, alavancado a partir da segunda política de substituição de importações, componente do Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek, implicou na formação de uma nova camada de trabalhadores submetida a processos produtivos bastante diversos daqueles que caracterizavam as pequenas e médias empresas dos setores tradicionais.

Entretanto, esses trabalhadores, porta-vozes de novas demandas, não contavam com instrumentos modernos de representação e de contratação, posto

que a estrutura sindical corporativista herdada do Estado Novo, inspirada em uma ideologia nacional-populista, se mantinha intacta, impedindo o desenvolvimento de uma forma tipicamente fordista de relação entre capital e trabalho, consubstanciada nas negociações coletivas.

No que tange às relações de trabalho, a fragilidade do equilíbrio de forças no interior do bloco de poder tornou indispensável a incorporação dos trabalhadores urbanos no grande pacto social que dava sustentação ao Estado Novo. Isso foi feito segundo um padrão de cooptação, no qual, ao mesmo tempo em que eram assegurados direitos mínimos aos trabalhadores, estes últimos se mantinham sob forte controle estatal.

Esse modelo de cooptação perpassou todo o processo de criação e funcionamento do sistema brasileiro de proteção social, desde a década de 1930 até a década de 1960. (ABRANCHES, 1982).

Em tal sistema de proteção social, tendo por base o status profissional, os benefícios eram distribuídos segundo uma política de cooptação e controle capitaneada pelo Estado, implicando em um processo seletivo, heterogêneo e fragmentado de incorporação de determinados grupos sociais, inseridos no mercado de trabalho formal, a um padrão de proteção social que Draibe (1989, p. 6) denomina de “meritocrático e particularista”.

Ademais, a não universalização de direitos básicos, incluindo dentre estes o acesso à educação, e a ausência de uma reforma agrária, que corrigisse a tendência à concentração fundiária promovida pela industrialização, foram os principais responsáveis pelo deslocamento, para os centros urbanos, de grandes contingentes de trabalhadores com baixo nível de qualificação.

O extenso *exército industrial de reserva* assim constituído e a ausência de mecanismos que garantissem proteção aos desempregados - a exemplo do seguro desemprego, somente instituído em 1986 - ensejaram a segmentação do mercado de trabalho e o crescimento da informalidade. Além disso, fragilizaram o poder de organização política da classe trabalhadora, o que foi ainda reforçado pela forte repressão dos sindicatos no período da ditadura militar.

Por outro lado, o regime militar, além de negar aos trabalhadores o seu principal instrumento de luta, mediante a proibição do direito de greve, eliminou um dos poderes de representação que a legislação corporativista ainda delegava aos sindicatos, qual seja, o de defenderem os interesses das respectivas categorias como negociadores dos reajustes salariais junto ao patronato, por ocasião dos dissídios coletivos, tendo a justiça do trabalho como mediadora. Assim, as decisões referentes aos reajustes salariais foram assumidas pelo executivo mediante uma série de decretos, o que representou a passagem de um autoritarismo corporativista para um autoritarismo tecnocrático. Este, mediante uma política de arrocho salarial, favoreceu uma extraordinária concentração de renda, a qual se constituiu em si mesma em um dos pressupostos do modelo de desenvolvimento excludente e concentrador adotado no período em foco.

Outro elemento constitutivo do padrão de gestão estatal da força de trabalho instituído na ditadura militar foi a criação, em 1964, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em substituição à lei, instituída no Governo Vargas, que assegurava a estabilidade no emprego após dez anos de atividade em uma determinada empresa. Sua criação contribuiu para a institucionalização, no Brasil, do livre direito à demissão, cujos resultados foram o elevado grau de rotatividade da força de trabalho e a maior flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro face às flutuações cíclicas, com reflexos negativos sobre o poder de resistência e organização sindical.

É verdade que a partir do final da década de 1970, assistiu-se a uma importante inflexão na trajetória do movimento sindical brasileiro, demarcada pela emergência de um *novo sindicalismo*, o qual desempenhou importante papel no processo de redemocratização do país e na conquista de inelutáveis direitos na esfera social e política, destacando-se dentre esses o fortalecimento das negociações coletivas.

Todavia, aos limites internos do próprio padrão brasileiro de industrialização se somaram outros, de natureza externa, representados pela crise da dívida, ao tempo em que as economias capitalistas avançadas já experimentavam um processo de reestruturação produtiva sob a hegemonia neoliberal.

Contudo, foi somente a partir do início da década de 1990 que se inaugurou no Brasil uma nova fase na economia, marcada pela ruptura do modelo de substituição de importações e por um amplo processo de reestruturação produtiva, associado às medidas de ajuste estrutural de cunho neoliberal, inspiradas no Consenso de Washington.

Dada à forma brusca e indiscriminada em que se deu a abertura da economia, as empresas brasileiras, para fazer face à crescente concorrência internacional, se viram pressionadas a promover ajustes em sua estrutura produtiva, predominantemente com base em estratégias de redução e flexibilização dos custos do trabalho, somente em certos casos associadas a mudanças internas de caráter mais sistêmico, pautadas em inovações tecnológicas e organizacionais. Além disso, o caráter indiscriminado da política de liberalização das importações induziu à eliminação de muitas empresas menos competitivas, que se mostraram incapazes de satisfazer às novas exigências de competitividade pautadas nos padrões internacionais.

Vale acrescentar que, no bojo das reformas de inspiração neoliberal, o governo federal, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, implementou um conjunto de medidas direcionadas à flexibilização das relações de trabalho como uma das estratégias para enfrentar os níveis crescentes de desemprego e de informalidade no mercado de trabalho. Entretanto, ao contrário, a flexibilização das normas de contratação da força de trabalho, aliada às estratégias empresariais de externalização e desverticalização da produção, além de não reduzir o desemprego, fez emergir “uma nova informalidade” das relações de trabalho que se sobrepôs à “velha informalidade”. (DEDECCA, 1998, p. 8).

O que importa destacar é que em um contexto de desaceleração da economia, favorecido por uma política macroeconômica recessiva, o processo de reestruturação produtiva, aliado às políticas neoliberais, imprimiu, na década de 1990, uma nova configuração ao mercado de trabalho brasileiro, marcada pela expansão do desemprego, da informalidade e da precarização das relações de trabalho, sobrepondo-se tais tendências aos problemas históricos e estruturais já herdados do passado.

Por outro lado, no início do século XXI, assim como grande parte dos países da América Latina, onde assumiram o poder governos progressistas, oriundos de partidos de esquerda, o Brasil, sob a presidência de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), vivenciou uma importante inflexão em seu cenário econômico e social. Tal inflexão se expressou pela associação entre a retomada do crescimento econômico, oportunizada por um contexto internacional favorável, e a melhoria dos indicadores sociais, inclusive, aqueles relacionados ao mercado de trabalho.

Entretanto, já na segunda década de 2000, sob o comando do governo de Dilma Roussef, também do PT, e frente a um panorama internacional de acirramento da crise capitalista, pôde-se identificar uma nova inflexão na economia brasileira com reflexos negativos sobre o mercado de trabalho.

A tal contexto se sobrepôs, a partir do início de 2015, no segundo mandato da presidente Dilma Roussef, uma profunda crise política e institucional, agravada pelo avanço da Operação Lava-Jato, com visível polarização da sociedade em torno de projetos político-ideológicos distintos e forte avanço do conservadorismo. Tal crise foi ainda intensificada por uma conjuntura de deterioração acelerada das condições macroeconômicas e de ajuste fiscal.

Como reflexo de tal conjuntura, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua (PNAD Contínua), o contingente de desocupados, no Brasil, aumentou em quase 1,5 milhão de pessoas na passagem do último trimestre de 2014 para o 1º trimestre de 2015, e a taxa de desocupação deu um salto, de 6,5% para 7,9% no mesmo período. No Maranhão, 55 mil pessoas entraram na *fila do desemprego* entre o último trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2015 e a taxa de desocupação subiu ainda mais, de 7,0% para 8,9%. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). Em termos médios, segundo a PNAD Contínua, as taxas de desocupação registradas no Brasil e no Maranhão no ano de 2015 foram de 8,5% e 8,6%, respectivamente. Já como resultado do aprofundamento da crise política e econômica brasileira, a trajetória ascendente da taxa de desocupação se acentuou no Brasil em 2016, alcançando a média de 11,5%. (LIMA; MORAES; SILVA, 2017).

Com efeito, cumpre ressaltar que o agravamento da crise político-institucional culminou com a aprovação pelo Congresso Nacional do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, tendo assumido o governo o Vice-Presidente da República, Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Isso representou a vitória de um projeto conservador que punha em xeque importantes avanços experimentados pelo país, sobretudo na esfera social, ao longo da primeira década de 2000.

Nesse contexto de crise, com rebatimentos negativos sobre o mercado de trabalho brasileiro, reascendeu o debate em torno da necessidade de flexibilização das relações de trabalho, culminando com a aprovação pela Câmara de Deputados e sanção pelo Presidente da República da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, que amplia e flexibiliza ainda mais as possibilidades de terceirização e de contratação de trabalho temporário, a qual certamente imporá mudanças marcantes na estrutura do mercado de trabalho brasileiro.

Para complementar o pacote de medidas regressivas, foi aprovada pelo Congresso Nacional uma proposta de reforma trabalhista, extremamente regressiva do ponto de vista da classe trabalhadora, cuja principal orientação é o predomínio do negociado sobre o legislado em matéria de direitos trabalhistas.

Nesse contexto, em 2017, em que pese o crescimento do PIB, estimado, segundo o Boletim Focus (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017), em 1,0% e 2,7%, respectivamente, no Brasil e no Maranhão, e embora os dados mais recentes da PNAD Contínua trimestral apontem um movimento de queda na taxa de desocupação no segundo e no terceiro trimestre de 2017, na média do ano, a taxa ainda permaneceu elevada alcançando o maior nível da série iniciada em 2012, saltando de 8,5%, em 2015, para 13,1% em 2017, no Brasil, e de 8,6% para 14,6%, no Maranhão, no mesmo período. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

Ademais, a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, e sua posse como Presidente da República, em 2019, representou o aprofundamento, no Brasil, de tendências ultraconservadoras e ultraliberais que passaram a pôr em xeque importantes

conquistas civilizatórias da sociedade brasileira em todos os campos das políticas públicas.

Foi nesse cenário que, para completar o conjunto de mudanças regressivas no marco regulatório do trabalho, foi aprovada no Congresso uma proposta de reforma da Previdência que representa um ataque a importantes direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora.

É, portanto, nesse contexto de avanço do conservadorismo nas políticas públicas, de ataque aos direitos sociais e de crescente insegurança do trabalho que o Brasil e particularmente o Maranhão, enfrentam, hoje, os efeitos nefastos da pandemia da Covid-19 sobre seus mercados de trabalho já com fortes tendências de desestruturação.

3 EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E NO MARANHÃO

Inicialmente, cumpre ressaltar que a crise ocasionada pela pandemia do Novo Coronavírus emerge em um contexto em que o Sistema de Proteção Social brasileiro já vinha sofrendo fortes ameaças com o aprofundamento das contrarreformas de inspiração ultraliberal, orientadas para o ajuste fiscal, implementadas desde o governo Temer e exacerbadas no governo Bolsonaro.

Ademais, cumpre ressaltar a postura de descaso assumida pelo governo Bolsonaro, face ao drama sanitário e social sem precedentes vivenciado pelo mundo e, particularmente, por um país como o Brasil e um estado como o Maranhão, já historicamente marcados pela desestruturação dos seus mercados de trabalho e por elevados índices de pobreza e desigualdade, características estas ainda bem mais acentuadas no Maranhão se comparado com o conjunto do Brasil.

Com efeito, diminuindo a importância e o potencial devastador da atual pandemia e naturalizando milhares de mortes dela decorrentes, o Presidente da República, alimentando um falso dilema entre a proteção à vida e a defesa da economia, faz opção por esta última, assumindo uma postura genocida, ao

contrariar todas as recomendações dos organismos de saúde e da comunidade científica nacional e internacional.

Nessa perspectiva, opondo-se também às determinações dos governos estaduais e municipais, o governo federal estimula a população, sobretudo os segmentos mais vulneráveis, a romper com o isolamento social. Ao mesmo tempo, assume uma postura muito tímida e morosa quando se trata de aumentar os gastos públicos e implementar medidas de proteção social direcionadas aos milhões de trabalhadores que perderam ou ainda perderão suas oportunidades de trabalho e renda, a exemplo das implementadas em outros países.

Face ao exposto, a partir de um resgate histórico acerca da insegurança do trabalho no Brasil e no Maranhão e do seu aprofundamento na contemporaneidade, assiste-se a um cenário bastante pessimista quanto aos efeitos econômicos e sociais da atual crise, ocasionada pela pandemia do Novo Coronavírus, sobretudo considerando-se as particularidades de sua forma de enfrentamento no Brasil.

De fato, a pandemia implicou em impactos profundos no mercado de trabalho, afetando principalmente os trabalhadores com menor proteção social. No Maranhão, os efeitos foram particularmente significativos, não somente em função da queda sem precedentes da população ocupada e da população economicamente ativa, mas também pelo fato de que, diferentemente de recessões anteriores, desta vez os trabalhadores informais foram os mais atingidos.

Com base nos dados da PNAD Contínua divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), pode-se observar que a taxa de desocupação no Maranhão se estabeleceu em 14,5% no 4º trimestre de 2020, apresentando trajetória de queda em relação aos outros três trimestres do ano e fechando em alta de 2,4 pontos percentuais (p.p) no comparativo interanual. No terceiro trimestre, o indicador estava em 16,8%, maior percentual da série histórica iniciada em 2012. Em números absolutos, a quantidade de pessoas desocupadas no Maranhão recuou em cerca de 42 mil, na passagem do terceiro trimestre para o quarto trimestre de 2020. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Na comparação entre os estados do Nordeste, o Maranhão apresentou a terceira menor taxa de desocupação. Somente o Piauí (12,0%) e o Ceará (14,4%)

exibiram resultados melhores. Por sua vez, no país, a taxa avançou 2,9 p.p, tendo como referência o mesmo período do ano passado, e recuou 0,7 p.p em relação ao terceiro trimestre, alcançando, assim, 13,9% de desocupados em relação à força de trabalho. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Mesmo diante da queda no trimestre que encerra o ano, as taxas médias de desocupados para o ano de 2020, apresentadas tanto pelo Maranhão quanto pelo Brasil, se estabeleceram em patamar máximo histórico.

Apesar de indicar uma aparente retomada da ocupação, a taxa de desocupação não é o indicador que melhor reflete a evolução do trabalho durante a pandemia. Isso porque, tecnicamente, o IBGE só considera como desocupada aquela pessoa que está sem trabalho, mas busca efetivamente novas oportunidades. Como a pandemia impôs regras de distanciamento e isolamento social, muitas pessoas ficaram impossibilitadas de procurar empregos, seja pelo isolamento ou mesmo porque a atividade econômica desacelerou. Desta forma, na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2020, o total de pessoas desalentadas cresceu 19,1% no Brasil (+913 mil pessoas) e 14,1% no Maranhão (+83 mil pessoas). De acordo com a Pnad Covid/IBGE, o total de maranhenses não ocupados que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade chegou a 1,07 milhão em maio, contingente 24,4% superior ao que seria apontado seis meses mais tarde, em novembro do mesmo ano. Isso explica por que a taxa de desocupação do estado permaneceu estável no momento mais grave da crise sanitária. Caso a força de trabalho potencial fosse considerada, o Maranhão encerraria o ano com uma taxa real[1] de desocupação de 36,7%, enquanto o país atingiria o percentual de 22,7% no indicador de desemprego real. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

No que se refere ao perfil das ocupações segundo a posição e categoria do emprego, no contexto da Pandemia, os mercados de trabalho formal e informal[2] foram impactados de formas diferentes em cada um dos trimestres do ano de 2020.

Observa-se em ambas as abrangências territoriais que os mais afetados pela pandemia em um primeiro momento foram os trabalhadores informais. Na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2020, o estoque de trabalhadores informais

no Brasil recuou 16,4%, enquanto que no estado a involução foi de 18,7%, implicando em taxas de informalidade em patamares reduzidos. Esse movimento expôs a maior vulnerabilidade dessa categoria.

No período seguinte, isto é, no terceiro trimestre, os mais impactados foram os trabalhadores formais. Essa inversão se deve ao fato de o trabalhador informal ser mais sensível a mudanças na conjuntura: foi o primeiro a ser impactado e o primeiro a retomar às atividades, o que pode ser verificado também no último trimestre do ano, quando a abertura de novas vagas foi impulsionada pela informalidade, em ambas as abrangências.

No Maranhão, apesar da retomada das vagas informais no quarto trimestre de 2020, o fechamento de postos com menor proteção social, desde o início da crise sanitária, continuou superando o de postos formais. Considerando o resultado líquido, das mais de 58 mil vagas perdidas desde o segundo trimestre do ano, 56 mil foram informais. Em termos de contingente, o Maranhão encerrou o ano de 2020 com um total de 1,29 milhão de trabalhadores informais, que corresponde a uma taxa de 60,3%, superior à registrada em âmbito nacional (39,5%). (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

No contexto da Pandemia, a trajetória da renda da população ocupada sofreu expressiva queda após a paralisação das atividades produtivas, tratando-se da maior contração da massa de rendimentos registrada na série, tanto em âmbito estadual (-8,4%), quanto em nível nacional (-5,6%), alcançando no país, nível próximo ao exibido nos anos de recessão – R$ 210,10 bi, em 2020, contra R$ 204,75 bi, em 2016. Considerando dados da PNAD Covid, os ocupados no país receberam em junho uma massa total de remuneração efetiva 16,5% inferior a habitual, percentual idêntico ao verificado em âmbito estadual. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

A forte desmobilização de trabalhadores de baixa remuneração ocorrida em um primeiro momento culminou em movimento de ampliação do rendimento médio provocado pela cessação de postos de trabalho informais. Este movimento foi se esvaindo no decorrer do ano, à medida que os trabalhadores de menor remuneração foram reinseridos na força de trabalho e os ocupados formais foram sendo

desmobilizados em ritmo superior. Assim, o rendimento médio dos ocupados maranhenses encerrou o quarto trimestre de 2020 em R$ 1,39 mil, que equivale a 66% do verificado em plano nacional. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

4 CONCLUSÃO

As reflexões desenvolvidas neste texto permitem evidenciar que o mundo do trabalho vem experimentando um conjunto de transformações, sob a égide do atual regime de acumulação flexível - potencializado pelas novas TIC - de avanço da ideologia neoliberal e de dominância do capital financeiro, cujas consequências mais marcantes são as crescentes tendências de superexploração da força de trabalho, de informalização e de precarização das relações de trabalho.

No Brasil e particularmente no Maranhão, tais tendências assumem uma face mais perversa, visto que se sobrepõem a um já elevado grau de informalidade e precariedade das relações de trabalho, herdado de um passado de atraso, inerente às suas condições de país e estado periféricos e decorrentes de suas particularidades históricas.

Enfim, em termos da dinâmica de comportamento no período recente, percebe-se que, após significativos avanços experimentados pelo mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão, sobretudo na primeira década de 2000, expressos, sobretudo, na queda da taxa de desocupação, na atual conjuntura de aprofundamento da crise política e econômica, de ajuste fiscal e de crise sanitária assiste-se a uma deterioração de todos esses indicadores, mostrando-se mais nítida a partir de 2015 e manifestando-se com maior intensidade no plano estadual. E, embora se tenha observado uma elevação do número de ocupados ao longo de 2017, esse processo foi marcado pelo aumento da precarização do trabalho, sobretudo no Brasil, em um contexto de entrada em vigor da reforma trabalhista. Ademais, vale ressaltar o fato de a recuperação econômica ter se mostrado lenta, gradual e instável, tendo sido interrompida pelos impactos econômicos negativos

advindos das medidas de restrição impostas pela Pandemia da Covid-19 com efeitos deletérios sobre o mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. The politics of Social Welfare development in Latin American. *In*: IPSA WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 12., 1982, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: IPSA, 1982. Trabalho apresentado na sessão especial sobre “Política de Desenvolvimento do estado de Bem-Estar Social”.

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. (Mundo do Trabalho).

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Focus – Relatório de Mercado**. Brasília, DF, dez. 2017. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20171229.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

DEDECCA, C. S. **Reorganização Produtiva e Relações de Trabalho no Brasil: anos 90.** Campinas, SP: Unicampi; Cesit/IE, 1998.

DRAIBE, S. M. Há tendências e tendências: com que Estado de Bem-Estar haveremos de conviver neste fim de século? **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, SP, n. 10, p. 1-45, 1989.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 26. reimp. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** tabelas por unidade de federação. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhorendimento/pnadcontinua/defalt_tabelas_uf.shtm. Acesso em: 3 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Terceiro Trimestre de 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2017_3tri.pdf. Acesso em: 5 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD COVID19**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101778.pdf. Acesso: 1 abr. 2021.

LIMA, V. F. S. de A.; MORAES, G. B. P.; SILVA, R.T.C. A atual conjuntura de aprofundamento da precarização do trabalho no Brasil e no Maranhão e as recentes medidas de flexibilização das relações de trabalho. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 6, n. 2, p. 1-6, 2017. Disponível em: http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/boletim/ano-6-numero-2/em_foco_-_ano_6.pdf. Acesso em: 23 abr. 2018.

Notas:

[1] Taxa combinada de desocupação somada a força de trabalho potencial em relação a força de trabalho ampliada.

[2] São considerados informais as pessoas sem carteira assinada (empregados do setor privado ou trabalhadores domésticos), sem CNPJ (empregadores ou empregados por conta própria) ou trabalhadores sem remuneração.

O APROFUNDAMENTO DA POBREZA, NO BRASIL E NO MARANHÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 E GOLPE DE 2016

Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira

RESUMO

O artigo é parte da mesa temática "Observatório Social e do Trabalho no Maranhão como instrumento de democratização: pobreza e trabalho em debate em meio à Pandemia da Covid-19". Discute a pobreza no Brasil no âmbito da pandemia da Covid-19, ressaltando o maior empobrecimento daqueles já pobres. Resulta de reflexões e pesquisas desenvolvidas no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Pobreza e as Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP)/UFMA, no Observatório Social e do Trabalho eixo que discute a pobreza. Situa a pobreza e a crise pandêmica, nas determinações do atual modo de regulação capitalista. Conclui que embora o mundo capitalista já estivesse em intensa crise este cenário se intensifica. No Brasil, os efeitos da pandemia de Covid-19 associados com as inflexões trazidas pelo Golpe de 2016, acentuam a crise econômica e política, e também aprofundam os processos de precarização da vida social, sobretudo, dos segmentos mais empobrecidos.

Palavras-chave: Pobreza. Capitalismo. Crise capitalista. Pandemia de Covid-19.

ABSTRACT

The article is part of the thematic table "Social and Labor Server in Maranhão as an Instrument of Democratization: poverty and work under debate in the midst of the Covid-19 pandemic". Discuss the poverty in Brazil within the scope of the Covid-19 pandemic, highlighting the greater impoverishment of those already poor. It results from reflections and research developed in the Study and Research Group on Poverty and Poverty-Directed Policies (GAEPP)/UFMA, in the social observatory and the axis work that discusses poverty. It situates the poverty and pandemic crisis, in the determinations of the current mode of capitalistic regulation. It concludes that although the capitalist world was already in an intense crisis, the scenario is intensifying. In Brazil, the Covid-19 pandemic effects associates with the inflections brought by the 2016 coup, accent the economic and political crisis and they also deepen the processes of precariousness of social life, especially of the most impoverished segments.

Keywords: Poverty. Capitalism. Capitalist crisis. Covid-19 pandemic.

1 INTRODUÇÃO

O artigo aqui proposto e submetido à avaliação da X JOINPP é parte da mesa temática *Observatório Social e do Trabalho no Maranhão como instrumento de*

democratização: pobreza e trabalho em debate em meio à Pandemia da Covid-19. Discute a Pobreza, particularmente a agudização das condições de reprodução social que tem sido vivenciada pelos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora brasileira e maranhense no âmbito da pandemia da Covid-19. Resulta das reflexões e pesquisas desenvolvidas pela autora no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Pobreza e as Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP), na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sobretudo, no contexto do Observatório Social e do Trabalho no eixo pobreza do qual participa enquanto docente pesquisadora.

Cabe inicialmente dizer que reconhecemos que a pobreza sempre se fez presente nas diferentes sociedades; mesmo naquelas que alcançaram patamares mais elevados de crescimento e desenvolvimento, vemos que ela não foi extinta, no máximo foi equacionada e reduzida a índices mais aceitáveis.

No caso do Brasil, podemos dizer que o país convive com um quadro de pobreza que é histórico e que se associa a índices alarmantes de desigualdade social, resultante de um processo de desenvolvimento concentrador e excludente, que remonta aos primórdios da formação socioeconômica do país. Desse modo, no Brasil a pobreza se configura como um produto de relações sociopolíticas históricas de caráter autoritário e com viés clientelista, determinações que têm contribuído com a conformação de um perfil societal conservador que naturaliza a questão da pobreza e da desigualdade social tão presente na realidade nacional e reitera a subalternização dos sujeitos mais empobrecidos.

Pois como bem diz Vera Telles (2013, p. 20-21)

> [...] essa é a matriz da incivilidade que atravessa de ponta a ponta a vida social brasileira, de que são exemplos conhecidos a prepotência e o autoritarismo nas relações de mando, para não falar do reiterado desrespeito aos direitos civis das populações trabalhadoras. Incivilidade que se ancora num imaginário persistente que fixa a pobreza como marca da inferioridade, modo de ser que descredencia indivíduos para o exercício de seus direitos, já que percebidos numa diferença incomensurável, aquém das regras de equivalência que a formalidade da lei supõe e o exercício dos direitos deveria concretizar, do que é prova evidente a violência policial que declara publicamente que nem todos são iguais perante a lei e que os mais elementares direitos civis só valem para os que detém os atributos de respeitabilidade, percebidos como monopólio das "classes superiores", reservando às "classes baixas" a imposição autoritária da ordem.

Nesse sentido, é que reconhecemos que a pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional e que se constitui expressão direta das relações vigentes na sociedade brasileira historicamente marcada por expressões da nossa cultura conservadora e autoritária que estão intrinsicamente imbricadas na trama da nossa vida social e que repõem cotidianamente as diferenças causadoras da miséria e dos crescentes níveis de desigualdade social.Ainda segundo Vera Telles (2013, p. 21) "[...] Seria equívoco creditar tudo isso a persistência de tradicionalismos de tempos passados, resíduos de um Brasil arcaico, pois esses termos constroem a particularidade do Brasil moderno".

Lembrando também que o Brasil, ao longo do seu processo histórico, desenvolveu um padrão de intervenção estatal no campo da Proteção Social, tardio, tímido no que diz respeito à abrangência e cobertura da sua população, expressando as especificidades estruturais e conjunturais típicas do seu desenvolvimento econômico e político e as marcas da cultura política autoritária e conservadora[1] que perpassam o Estado e a sociedade de modo geral; esse padrão protetivo contribuiu pouco para a melhoria das condições de vida da maioria da população.

Ademais, os arranjos políticos institucionais que deram sustentação à ação do Estado além de não organizarem um sistema público de oferta de bens e serviços sociais amplo e inclusivo de modo que efetivasse a redistribuição da riqueza socialmente produzida e possibilitasse a satisfação das necessidades básicas do conjunto da população, também deixaram de realizar reformas estruturais importantes reforçando o caráter excludente do modelo societal brasileiro.

Nos anos de 1980 foram efetuadas amplas reformulações nas diferentes áreas das Políticas Sociais buscando alterar a forma de organização do padrão de intervenção social brasileiro e incorporando dispositivos mais inclusivos, deslocando o princípio organizativo que era fundado no mérito individual e no status ocupacional de caráter segmentador, por outro, de viés mais universalista vinculado à ideia de cidadania universal, os direitos inscritos num código de pertencimento à nação, ampliando a noção de mínimos sociais e a responsabilidade pública, portanto, a própria concepção de Proteção Social.

Entretanto, cumpre enfatizar que a conquista e ampliação de direitos é um processo histórico, socialmente construído e determinado. Sendo assim, embora subscritos em tratados que visam à universalização, sua legitimidade e concretização dependem do padrão civilizatório requerido e aceito por cada sociedade. Daí as imensas dificuldades de no caso brasileiro esse formato de proteção social se sedimentar e se ampliar. Sobre tais dificuldades Telles (2013, p. 53) diz que:

> [...] as ambiguidades e ambivalências nesse processo...mostram que é penoso o caminho na direção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Mostram que as conquistas se fazem com dificuldades sob o pano de fundo de uma gramática social (e política) regida por regras muito excludentes que repõem velhas hierarquias, criam outras tantas e excluem do jogo as maiorias. Mas mostram também que é pelo ângulo dessa sociedade civil atuante que é possível entrever horizontes possíveis para uma utopia democrática.

Nesse sentido, vemos que esse processo de mudança que foi delineado e veio sendo construído desde o período constituinte, tem sido muito tensionado e até mesmo continuamente afetado em algumas de suas prerrogativas; são processos que têm impedido a sua institucionalização.

De fato, temos vivenciado o acirramento das contradições em decorrência do avanço da crise capitalista e das ideias ultraliberais que vêm sendo adotadas no país e que têm imposto às políticas públicas em geral medidas severas, sobretudo com o corte de recursos para o financiamento das ações, no campo da proteção social aos segmentos mais empobrecidos, ao mesmo tempo em que se vivencia a intensificação dos processos de precarização do trabalho com o aumento do desemprego e do subemprego provocando impactos em todos os âmbitos da vida social, incrementando as situações de empobrecimento da classe trabalhadora.

Além disso, esse processo também se faz acompanhar de medidas políticas de cunho neoliberais assumidas em maior ou menor medida pelos diversos governos brasileiros e que tem causado fortes impactos na reprodução social da classe trabalhadora. Dentre estas estão o conjunto de estratégias de caráter contra reformistas que foram formuladas e adotadas desde os anos 1990[2], e que a partir do golpe de 2016[3] foram intensificadas com a adoção de um novo Regime Fiscal que

se configurou com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55 de 2016, denominada de PEC do Teto dos Gastos Públicos que congela recursos para investimentos nas áreas sociais.

Ademais, foram também aprovadas as Reformas Trabalhistas e da Previdência Social, além da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, que ampliou o processo de flexibilização na medida em que criou novas regras que incrementam o leque de possibilidades para as terceirizações e para a contratação de trabalho temporário. Este conjunto de medidas têm impactos negativos sobre o mercado de trabalho, pois possuem caráter regressivo e se colocam na perspectiva de redução de custos com contratação e de retirada de direitos dos trabalhadores e aprofundando os processos de precarização do trabalho.

Tais condicionantes vão afetar os trabalhadores brasileiros que historicamente já conviviam com poucos direitos e estrutura salarial bastante rebaixada, além de um mercado de trabalho com baixa capacidade de incorporação do conjunto da força de trabalho, portanto, com ampla informalidade das relações de trabalho. Na verdade, historicamente o país conviveu um número elevado de trabalhadores sobrantes (superpopulação relativa do capital) e que comumente foram designados como pobres, pois na sua maioria, mesmo nos momentos mais dinâmicos da economia brasileira nunca foram incorporados em relações trabalhistas assalariadas nos moldes capitalistas.

A este conjunto de determinações o país passa a agregar outras com a chegada da Pandemia da Covid-19 no início do ano de 2020, aprofundando ainda mais o quadro de crise que já estava instalado.

É deste cenário de aprofundamento da crise em todas as suas expressões e tensões[4], portanto, de crescentes incertezas que o texto trata, buscando situar e debater o incremento da pobreza e desigualdade em razão da adoção pelo país de um conjunto de estratégias contra reformistas que tem contribuído para desestabilizar ainda mais o já frágil e reduzido *Padrão de Proteção Social brasileiro* e o mercado de trabalho. Os efeitos sobre este último contribuíram para que muitos(as) trabalhadores(as) que eram empregados(as) perdessem os seus empregos mesmo antes da pandemia da Covid-19, e passassem a vivenciar

experiências precárias de trabalho ou até mesmo o desemprego, indo compor o universo das chamadas populações pobres e/ou vulneráveis.

Conclui mostrando que, embora a pandemia não seja a causa da crise capitalista, traz agravamentos a ela, seja pela necessidade do isolamento social, seja pela diminuição dos fluxos das trocas tanto das economias locais quanto daqueles segmentos de ponta que estão em movimentos financeiros transnacionalizados.

Do ponto de vista da pobreza ela também se intensifica, pois as diversas estratégias neoliberais que o país tem adotado repercutem negativamente sobre a ação do Estado com a redução do gasto público que subsidia a oferta das políticas públicas, particularmente aquelas de corte social, na medida em que visam uma melhor racionalização dos insumos, produtos e serviços, dos gastos com *a máquina pública*, tanto no que concerne à oferta dos serviços sociais públicos, quanto no quantitativo de pessoal.

Da mesma forma, também afetou o mundo do trabalho, na medida em que aprofundou os processos de precarização e flexibilização das relações de trabalho, retirando os direitos dos trabalhadores e provocando a elevação do desemprego. Tudo isto provocou o incremento da superpopulação relativa do capital elevando o contingente de sobrantes, que no Brasil sempre foram vistos como meros pobres e quase nunca como trabalhadores em potencial que o modelo econômico brasileiro nunca foi capaz de incorporar.

2 A CRISE CAPITALISTA E A PANDEMIA DA COVID-19: os rebatimentos sobre a pobreza e a desigualdade no Brasil e no Maranhão

Como já apontado acima, a pandemia da Covid-19 não é a responsável pela crise que estamos vivendo; temos claro que já vivenciávamos uma conjuntura mundial de crise que não é só de conotação econômica, mas também de cariz ideopolítica que tem sido agravada pelo avanço do ideário ultra neoliberal de viés conservador com conotações até fascistas que vem ganhando governos e adeptos

em vários países, inclusive no Brasil, e que se fortalece com o isolamento social, haja vista que as redes sociais favorecem a circulação das ideias[5].

Do ponto de vista da pobreza brasileira, vemos que a Pandemia da Covid-19 expõe, ainda mais, as situações do empobrecimento e das desigualdades sociais preexistentes, inclusive em sua dimensão regional, situação que se vem agravando com a aprovação das reformas da Previdência Social, Trabalhista, a Lei da Terceirização para atividades-fim e a Emenda Constitucional nº 95, de 2016 que congela por 20 anos os investimentos em áreas sociais.

Pois, de acordo com Oliveira, Paiva e Rizzini (2020, p. 230);

> Desde 2014 o Brasil tem sofrido maiores ataques às políticas sociais, com ações restritivas nos orçamentos após sentir os efeitos da crise econômica mundial e principalmente após 2016, com a adoção de políticas ultra neoliberais, que vêm impondo desmontes nos direitos e nos frágeis sistemas públicos que compõem a proteção social. Este é o cenário em que nos encontrou a pandemia de infecção pela COVID-19 no início do ano de 2020. Políticas altamente precarizadas, sem condições adequadas de trabalho, com perdas aviltantes de recursos públicos para serem realizadas, com demissões e terceirizações de contratos profissionais.

De fato, temos vivenciado o acirramento das contradições em decorrência do avanço da crise capitalista e das ideias ultraliberais que vêm sendo adotadas no país e que têm imposto às políticas públicas em geral medidas severas, sobretudo, com o corte de recursos para o financiamento das ações, no campo da proteção social aos segmentos mais empobrecidos, ao mesmo tempo em que se vivencia a intensificação dos processos de precarização do trabalho com o aumento do desemprego e do subemprego, portanto, do incremento das situações de empobrecimento da classe trabalhadora.

Esse quadro já estava posto antes da pandemia se instalar no país, e o resultado disso vai estar expresso no enorme contingente de força de trabalho (trabalhadores em potencial), expostos a situações de desemprego e, portanto, de pobreza que representava 25,0% da população do Brasil, 49,5% do Nordeste e 56,1% do Maranhão, no mês de março de 2020, período de maior disseminação da pandemia de Covid-19 no Brasil. (CARVALHO; CARVALHO, 2020 *apud* SOUSA *et al.*, 2020).

Moretto (2021, p. 1), também reitera que *"*Os problemas no mercado de

trabalho já vinham desde antes da crise sanitária da Covid-19". Nesse sentido, aponta o quanto o ajuste fiscal tem impactado o desempenho do mercado de trabalho e como os efeitos da pandemia só contribuíram para explicitar mais isto. De acordo com ele, os dados da PNADContínua (*apud* BOLETIM DO OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO, 2021) informam que o número médio de ocupados em 2019 era de 93 milhões de pessoas, cerca de 5% acima da média de 2014. Em 2020 esse total caiu para 86 milhões, 8% menos que no ano anterior. Mas o mais importante é a composição dessa ocupação. Em 2014, 39,8% (36,4 milhões) eram empregados com carteira assinada no setor privado, proporção que caiu para 35,6% (33,2 milhões) em 2019 e 35,6% (30,6 milhões) em 2020, enquanto os ocupados por conta própria passaram de 23,1% (21,1 milhões) em 2014 para 25,9% (24,2 milhões) em 2019 e 26,4% (22,7 milhões) em 2020[6].

3 A POBREZA NO BRASIL E NO MARANHÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19[7]

A pandemia da Covid-19 que se disseminou no Brasil no início de 2020, contribuiu para ressaltar o verdadeiro quadro de apartação social que o país vive e os níveis de fragilidade e desproteção social que vastos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora enfrentam, sobretudo pela ausência de trabalho e renda digna, condição que os obriga a não cumprir em casa o isolamento social indicado pelas autoridades sanitárias se expondo aos riscos de contágio pelo vírus, na medida em que saem às ruas cotidianamente em busca de alternativas de sobrevivência. Pois sabemos que as recomendações sanitárias somente podem vir a ser atendidas se houvessem medidas de proteção social asseguradas pelo Estado para todos, particularmente para estes segmentos mais empobrecidos.

Porém, o que evidenciou no país foi a redução de postos de trabalho, o aumento da histórica desigualdade social e regional, associado à carência de proteção social aos mais pobres. Além disso, mesmo com a Pandemia o Governo brasileiro continua adotando medidas e/ou estratégias contra reformistas que colocam em xeque ou suprime os direitos sociais. O resultado de todo esse

processo se evidencia no incremento do número dos *sobrantes* ou do que se passou a denominar de grupos de *vulneráveis* constituídos por 75,5 milhões de pessoas, que representam 81% da força de trabalho no Brasil. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2020 *apud* SOUSA *et al.*, 2021).

Analisando esse cenário de aprofundamento da crise e, consequentemente, o recrudescimento da pobreza e da desigualdade social, Dino (2020 *apud* SOUSA *et al.,* 2021, p. 3) diz que

> [...] a economia brasileira já vem em um ciclo de baixíssimo crescimento. Agora temos uma queda abrupta da riqueza socialmente produzida, aprofundando as desigualdades, porque os mecanismos de proteção e de compensação disponíveis para os ricos são muito maiores do que para os pobres.

Pode-se dizer que o aumento de pessoas empobrecidas, nesse momento, desmonta a possibilidade que vinha sendo construída antes da pandemia de um futuro mais promissor em termos de redução da pobreza. De fato, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020 *apud* SOUSA *et al.,* 2021), se considerada a série iniciada em 2012, já em 2019, apenas a Região Sudeste apresentou redução no percentual de pobres (pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US$ 1,9), embora, de modo pouco significativa. No Nordeste, houve ampliação, sendo que o Maranhão, o estado com maior percentual de extremamente pobres no país, com 20,4% da sua população com rendimento domiciliar per capita inferior a US$ 1,9, houve um aumento de 0,5 p.p em relação a 2018 e 2,6 p.p em comparação a 2012.

A mesma situação pode ser reforçada quando trazemos dados que indicam que o maior percentual da população com rendimento per capita inferior a US$ 5,5 está no Nordeste (42,9%) e Norte (41,6%), enquanto a Região Sul possui o menor percentual de pessoas vivendo na pobreza (11,3%). Do mesmo modo também há dados que apontam que o Maranhão apresentou redução do percentual de pessoas vivendo com rendimento domiciliar per capita inferior a US$ 5,5 desde o início da série em 2012, passando de 54,7% em 2018 para 52,2% em 2019. (SOUSA *et al.,* 2021).

De fato, no contexto da pandemia, a pobreza e a desproteção se agravaram, na medida que as medidas políticas de austeridade instauradas no país, a partir de 2016, começaram a se materializar colocando em risco direitos sociais e econômicos, no campo da segurança alimentar, saúde, educação, além de aprofundar as desigualdades de gênero e de raça/etnia. Entre as medidas do Governo, para minimizar a crise sanitária em curso e uma economia em recessão em face da redução das atividades que geram trabalho no país, foi a aprovação da Lei 13.982, de 02 de abril de 2020, que instituiu o programa de transferência de renda não condicionada, denominado Auxílio Emergencial, que atingiu 80,1% das moradias mais pobres e a 85,2% daqueles com renda domiciliar per capita de até R$ 242,15 (PNAD COVID-19 *apud* SOUSA *et al., 2021*).

Em termos regionais, o Programa atingiu 60% dos domicílios na Região Norte, 58,9% do Nordeste, 41,4% do Centro Oeste, 35,9 do sudeste e 29,7 do Sul, o que já expõe as diferenças regionais no país. E de acordo com dados do IBGE (2020 *apud* SOUSA *et al.,* 2021), os rendimentos médios efetivamente recebidos pelos que acessaram o programa foram de R$ 2.154, o que corresponde a 90,6% dos rendimentos habituais (R$ 2.377). Assim, cerca de 4,1 milhões de domicílios brasileiros (6% do total) sobreviveram somente com a renda do auxílio emergencial nos meses em que foram repassadas as parcelas.

Ao ser finalizado o Auxílio Emergencial, em dezembro de 2020, justamente no momento em que se instalava uma segunda onda da pandemia, houve recrudescimento de uma dupla crise, a sanitária e o aumento das carências, particularmente nos estados mais pobres da Federação que se situam no Norte e Nordeste. Em relação à situação do emprego, conforme estudo realizado por Grupo de Análise da Política Econômica (GAPE)/UFMA a destruição de postos de trabalho no Nordeste, em decorrência da Covid-19, foi severa. No trimestre finalizado em junho, a taxa de desemprego real apresentou alta de mais de 6 p.p. em relação ao trimestre imediatamente anterior, chegando a 34,2. (BRITO *et al*., 2020 *apud* SOUSA *et al*., 2021).

Cumpre dizer que o auxílio emergencial federal voltou a ser pago em abril de 2021, porém com parcelas menores e só por quatro meses, ainda que possa vir a

ser prorrogado por mais tempo, caso a pandemia voltasse a agravar. Cenário que não foi melhorado, pois em junho de 2021, o Brasil já ultrapassava 500.000 óbitos em decorrência do avanço da Covid-19, situação que ainda não está controlada, embora a vacinação esteja em curso, porém de forma lenta.

O Maranhão, segundo pesquisa do IPEA, é o terceiro com maior número de famílias que dependem do auxílio emergencial uma vez que, em face da natureza das ocupações que existem no estado, muitas pessoas perderam seus empregos durante a pandemia. (SOUSA *et al.,* 2021). De fato, de acordo com o estudo do GAPE/UFMA, "[...] as atividades informais concentravam a maior parte da população ocupada na ordem de 64,5%, sendo que, para cada 1 posto formal destruído, 15 postos informais foram eliminados." (BRITO *et al.*, 2020, p. 11 *apud* SOUSA *et al.,* 2021, p. 5). Como podemos constatar, os dados expõem o grave impacto da crise pandêmica no contexto maranhense.

O certo é que estamos em meados de 2021 ainda num cenário de pandemia com o desemprego também em alta e o Auxílio Emergencial bastante rebaixado em seus valores e na cobertura, ou seja, vivemos ainda um cenário bastante adverso para os trabalhadores, em geral, e, particularmente, para os mais pobres. Muitos deles encontram-se passando fome, dependendo de esmolas e ajudas diversas, algumas organizadas e repassadas através de entidades e movimentos sociais que têm feito campanhas de solidariedade mobilizando segmentos da população para repasse de doações para cestas básicas. Este tem sido o quadro desolador em que se encontram os trabalhadores pobres no nosso país.

Conforme advoga Carvalho (2020 *apud* SOUSA *et al.,* 2021), essa crise constitui-se em oportunidade para revisão do quadro sistêmico atual, com o financiamento de políticas sociais com um imposto de renda mais alto para os ricos e a adoção de um modelo econômico alinhado com a chamada "retomada verde", proposto por diversos países. Que, portanto, "[...] envolva o próprio combate às desigualdades de renda e de acesso a serviços [...]", abarcando um conjunto de lacunas nunca superadas, "[...] como um vetor de geração de empregos e de novas tecnologias. Não se trata de não ter crescimento econômico, mas de se ter outro tipo de crescimento econômico que beneficie a maioria da população, não só alguns, e

que não destrua o meio ambiente [...]". (CARVALHO, 2020, p. 1 *apud* SOUSA *et al.,* 2021, p. 5).

Enfim, a crise do modelo de acumulação que vivemos e os diversos agravamentos provocados pela pandemia de Covid-19 colocam em questão a própria sociabilidade que construímos e exigem de toda a população mundial a construção de novos parâmetros, inclusive, na relação com os recursos naturais existentes no nosso planeta.

4 ALGUMAS CONCLUSÕES

Ao concluirmos o texto, reafirmamos que a crise sanitária que o mundo contemporâneo enfrenta tem se constituído no maior desafio do século XXI, considerando a velocidade com que a contaminação se dissemina, o grau de letalidade, a ausência de conhecimentos científicos mais seguros acerca do próprio vírus e suas diversas variantes, o que tem dificultado a definição de protocolos mais acertados para o tratamento dos infectados e, sobretudo, o efetivo combate e controle do processo de contaminação.

Além disso, também compartilhamos a ideia de que essa crise pandêmica, embora acentue e coloque determinantes que impactam as economias em todo o mundo, não é a responsável pela crise do modelo de acumulação capitalista. Até porque o processo de acumulação já vem em crise desde meados dos anos 1970, em decorrência da perda do ritmo do crescimento das economias nos mesmos patamares que experimentavam desde o segundo pós-guerra. E isto tem sido buscado através de estratégias que visam atender aos imperativos de um intenso movimento de financeirização dos capitais com o crescente incremento das taxas de juros e de volatilidade dos mercados. Um cenário onde mesmo a fração do capital que se volta para o investimento produtivo, também lança mão de mecanismos que possam melhorar seus ganhos, isto tem sido alcançado com medidas de racionalização de custos, particularmente, com força de trabalho.

Sendo assim, no caso brasileiro já vivenciávamos situações de crise e instabilidade política e econômica anterior à pandemia, mas a sua instalação no país

acentua as inúmeras dificuldades já presentes, algumas delas até históricas, como a pobreza e a desigualdade social. Por outro lado, também temos presente que as condições precárias e instáveis do nosso mercado de trabalho se agudizaram, sobretudo, a partir de 2016 quando foram implementadas pelo governo Temer, rigorosas medidas no bojo de um novo Regime Fiscal, o que contribuiu mais ainda para o processo de desfinanciamento das políticas sociais, em particular, aquelas componentes da Seguridade Social.

O resultado desse desfinanciamento contínuo processado pelos vários governantes brasileiros se expressa agora claramente no contexto da pandemia, reafirmando as inúmeras análises que apontavam a *perversidade* dessa estratégia e o quanto ela fragilizava a Seguridade Social brasileira, arcabouço político institucional que sustenta e organiza as três áreas importantes para a reprodução da classe trabalhadora: Saúde (SUS), Previdência Social e a Política de Assistência Social, através do SUAS, que se propõe dar atendimento aos segmentos da população que estão em maiores desvantagens sociais.

O resultado de tudo isso se expressa no incremento das taxas de desemprego, agora acrescidas por parcelas de trabalhadores que um dia foram tidos como *válidos* para a produção e por aqueles que, no caso brasileiro, nunca conquistaram o estatuto típico de trabalhador assalariado no contexto das relações capitalistas. Impõem-nos lembrar que no nosso país, a crise econômica e os processos de redefinição adotados explicam, em parte, a questão da pobreza, haja vista que esta é estrutural ao modelo socioeconômico historicamente adotado que se reproduz associado a uma extrema concentração da riqueza e, portanto, com altas taxas de desigualdade, situação que se mantém ao longo dos vários ciclos de acumulação. Sem esquecer também da condição de subalternização periférica e a inserção tardia no circuito capitalista mundial.

REFERÊNCIAS

BOLETIM DO OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO. São Luís: GAEPP, ano 8, n. 2, 2019a. Disponível em: http://www.gaepp.ufma.br/site/index.php/boletim-do-observatorio/202-boletim-periodico-ano-8-2019-n-2. Acesso em: 28 maio 2021.

BOLETIM DO OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO. São Luís: GAEPP, ano 8, n. 4, 2019b. Disponível em: http://www.gaepp.ufma.br/site/index.php/boletim-do-observatorio/210-boletim-periodico-ano-8-2019-n-6. Acesso em: 28 maio 2021.

BOLETIM DO OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO. São Luís: GAEPP, ano 9, n. 2, 2020. Disponível em: http://www.gaepp.ufma.br/site/index.php/boletim-do-observatorio/250-boletim-periodico-ano-9-2020-n-2. Acesso em: 28 maio 2021.

BOLETIM DO OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO. São Luís: GAEPP, ano 10, n. 2, 2021. Disponível em: http://www.gaepp.ufma.br/site/index.php/boletim-do-observatorio/263-boletim-periodico-ano-10-2021-n-3. Acesso em: 28 maio 2021.

CHAUÍ, M. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes e messianismo dos dominados. *In:* DAGNINO, E. (org). **Os anos 90:** política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 19-30.

GOUVÊA, M. M. A culpa da crise não é do vírus. *In*: MOREIRA, E. *et al* (orgs.). **Em tempos de pandemia**: propostas para a defesa da vida e de direitos sociais, Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. p. 19-28. Disponível em: http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/05/1_5028797681548394620.pdf. Acesso em: 28 maio 2020.

MORETTO, A. J. Impactos da pandemia da covid-19 sobre o Trabalho e as Políticas Públicas. Entrevistadora: Profª. Drª Valéria Ferreira Santos de Almada Lima**.** **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 10, n. 2, p. 1-4, 2021. Disponível em http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/boletim/ano-10-numero-2/ENTREVISTA_Amilton.pdf. Acesso em: 28 maio 2021.

OLIVEIRA, A. C. de; PAIVA, A. R. de; RIZZINI, I. As/os assistentes sociais na linha de frente: violência e violações de direito na pandemia da Covid-19. *In:* LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R. L. R. (orgs.). **Para além da quarentena:** reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula Editora, 2020. p. 229-236. Disponível em: https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/06/ParaAlemDaQuarentena.pdf. Acesso em: 28 maio 2020.

SECCO, L. A epidemia e o fascismo. *In:* LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R. L. R. (orgs.). **Para além da quarentena:** reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula Editora, 2020. p. 71-81. Disponível em: https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/06/ParaAlemDaQuarentena.pdf. Acesso em: 28 maio 2020.

SOUSA, S. de M. P. S. *et al.* Auxílio Emergencial e Pobreza. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 10, n. 1, p. 1-5, 2021. Disponível em: http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ano-10-numero-1/EM_FOCO.pdf. Acesso em: 28 maio 2021.

SOUSA, S. de M. P. S. *et al.* Pobreza, (des) proteção social e auxílio emergencial em tempos da pandemia de covid-19. **Boletim do Observatório Social e do**

Trabalho, São Luís, ano 9, n. 2, p. 1-4, 2020. Disponível em: http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/boletim/ano-9-numero2/EM_FOCO_Ano_9_numero_2.pdf. Acesso em: 28 maio 2020.

TELLES, V. da S. **Pobreza e Cidadania.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

Notas:

[1] Para Marilena Chauí (2004), a marca fundamental da sociedade brasileira é o autoritarismo social; ele tem se efetivado através das relações de verticalização e hierarquização do poder. Através desses mecanismos é que as relações sociais no país têm sido construídas sob a forma de mando e obediência. Esse padrão societário resultou na baixa densidade da participação e no desconhecimento de direitos básicos de cidadania.

[2] Concretamente, significa que o país é levado a implementar estratégias de caráter reformistas que alcançarão o Estado enquanto instância governativa e administrativa. Assim, adota modelo administrativo de viés gerencial próximo ao do setor privado empresarial, impactando a gestão político-administrativa, na racionalização das ações e dos procedimentos operacionais, inclusive, nos gastos e nos processos de gestão e alocação do trabalho.

[3] Estamos nos referindo ao processo de impeachment deflagrado contra a Presidente eleita Dilma Rousseff sob a acusação de ter cometido crime de responsabilidade e que culminou na sua efetiva cassação no 17 de abril de 2016. Este Golpe Parlamentar radicalizou os compromissos com a agenda neoliberal, intensificando as medidas de contrarreformas, atacando e destruindo os direitos e conquistas históricas dos trabalhadores.

[4] Como bem assevera Gouvêa (2020, p. 21) "[...] Trata-se de uma crise orgânica de sobre acumulação e multidimensional (econômica – não apenas 'financeira' – política, geopolítica, hegemônica, ambiental, 'civilizatória' – e da própria noção de 'civilização', isto é, dos próprios valores da modernidade capitalista)".

[5] De acordo com Secco (2020, p. 72) "[...] a popularização do WhatsApp, das redes sociais e o acesso massivo à comunicação pela internet expôs as pessoas à disseminação de ideias. Esse espaço é travejado pelos interesses mercantis, por informações e por desigualdades sociais (Santos, 1996)".

[6] Dados extraídos do Boletim do Observatório Social e do Trabalho (2021) que traz uma avaliação dos impactos da crise sanitária da Covid-19 sobre o mercado de trabalho nacional e maranhense.

[7] Texto elaborado a partir dos dados disponíveis nos Boletins que trataram sobre: *Pobreza e encarceramento no Brasil e no Maranhão* (ano 8, n. 4, 2019b); *Benefícios Previdenciários e da Assistência Social: alternativas para o enfrentamento à pobreza no Brasil* (ano 8, n. 2, 2019a) e *Pobreza, (des) proteção social e auxílio emergencial em tempos da pandemia de Covid-19* (ano 9, n. 2, 2020). Boletins disponíveis no site do GAEPP (Disponível em: www.gaepp.ufma.br/).